

CULTURA ESCRITA E RELAÇÕES DE AMIZADE: Possíveis Mecanismos Políticos para as Mulheres na Inglaterra Vitoriana

WRITTEN CULTURE AND FRIENDSHIP RELATIONS: Possible Political Mechanisms for Women in Victorian England

Stéfani Oliveira VERONA¹

Resumo: O objetivo do artigo é pensar politicamente a amizade e a escrita para entender sua complexidade durante o período vitoriano. Busco evidenciar o espaço público das publicações femininas impressas conectadas às redes de amizade. Para isso, parto de uma revisão bibliográfica, para então propor novas considerações sobre o uso da escrita e da amizade na época. Formulo as problemáticas: como a escrita gera redes de apoio que permitem atuações políticas às mulheres? Como as redes impactam em suas publicações? Considero as transformações em todos os setores da sociedade britânica durante o século XIX, como na literatura, sexualidade e relações sociais. Concluo que as mulheres se apropriaram do espaço público através da escrita e criaram redes de amizade como mecanismos políticos.

Palavras-chave: amizade, escrita, política, redes de sociabilidade, Inglaterra Vitoriana

Abstract: The paper aims to politically consider friendship and writing to understand their complexity during the Victorian period. I seek to highlight the public space through printed women's publications connected to friendship networks. For this, I begin with a bibliographic review to propose new considerations about the use of writing and friendship relations at the time. I formulate the following questions: how does writing generate support networks that allow women political acts? How do networks impact their publications? I consider the changes in all sectors of British society during the 19th century, such as literature, sexuality, and social relations. Women appropriated themselves of the public space through writing and created friendship networks as mechanisms for political action.

Key-Words: friendship, writing, politics, social networks, Victorian England

Introdução

Durante a época Vitoriana, alguns periódicos produzidos por mulheres começaram a circular para debater o espaço feminino na sociedade britânica. Este foi o caso do periódico *The English Woman's Journal*, produzido entre os anos de 1858-1864 para tratar de assuntos como leis de propriedade, oportunidades de trabalho e reformas na educação, além de contar com contribuições do público em geral, que enviava seus

¹Doutoranda em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR) pela linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. E-mail: stefaniverona909@gmail.com.

artigos e comentários. O periódico também estava associado a um grupo de estudos chamado *The Langham Place Group* e a uma agência de empregos voltada para o auxílio de mulheres das classes populares.

Pensando neste e em outros exemplos de mulheres que se colocaram no espaço público por meio da escrita, penso em alguns conceitos que podem ser desenvolvidos, como *redes de sociabilidade, trabalho, escrita feminina e relações de amizade*, que não podem ser dissociados da questão política da época quando o assunto é a situação das mulheres. Proponho, portanto, uma possível relação entre três dos temas citados: *amizade, escrita e política*, com o intuito de perceber como a amizade entre mulheres influenciava seu processo de escrita e como a escrita influenciava suas redes de amizade. Tenho em mente que estes são processos mais complexos do que se revelam à primeira vista e que tanto a amizade quando a escrita podiam se tornar mecanismos políticos quando empregados pelas vitorianas.

Para buscar as possíveis respostas, divido este artigo em três partes: a primeira para discutir o conceito de amizade como categoria política e como se aplicava em suas diversas formas na Inglaterra Vitoriana; a segunda para propor um olhar político sobre as práticas da escrita, averiguando como isso se dava no período estudado; e a terceira para relacionar os dois conceitos previamente discutidos com o de política, finalmente respondendo à problemática principal - como a escrita (e a publicação impressa) gerava relações de amizade e redes de apoio que permitiam atuações políticas às mulheres? E ao mesmo tempo, como as amizades e as redes de apoio impactavam sua escrita? – de forma a evidenciar a aliança entre elas como elementos sociais.

Antes de começar, porém, é necessário delimitar o entendimento do que é a atuação política que busco perceber dentro das relações de amizade e da escrita. Entendo a atuação política como algo que revela uma forma de pensar ou de agir muito além da Política de Estado, além do entendimento tradicional do termo.

Fundamentalmente, a política na modernidade é compreendida como uma forma de garantir as liberdades individuais – assim, o Estado, detentor hegemônico das forças, é quem deve promover essa liberdade, bem como o direito à produção, sustentando esta garantia a partir do pressuposto de que diante da lei todos são iguais (Primo; Rosa, 2015, p.381).

Esta é uma das percepções possíveis, a da *política formal* de ações que ajudam a gerir um governo através das *políticas públicas*, da *política externa*, das *políticas de*

inclusão etc. Apesar disso, a busca pela ocupação do espaço público pelas pessoas “comuns” é a ideia que mais se aproxima da definição de política que emprego em minha análise, porque busco enxergar o conceito não partindo das instituições, mas da subjetividade, em uma inversão de papéis que dá protagonismo à *política interpessoal* frente àquela promovida pelos órgãos governamentais. Estes são importantes para manter a unidade e a organização, mas eles coexistem com uma política mais pessoal do dia-a-dia que está presente nas conversas, reuniões, encontros, festas, relações de trabalho, na escrita, produção midiática, jornalística, na família, relações de amizade etc. É o pensamento crítico, transgressor; é a exposição de ideias, são os debates que ocorrem sobre os temas mais banais aos mais complicados, mas que impactam ações e comportamentos específicos que os refletem.

Com a ideia de *política interpessoal da amizade* é possível perceber formas de pensar que não viriam à tona na forma da política institucional ou que permanecem silenciadas até que se tenha confiança em um amigo para expor uma ideia, ou até que se tenha coragem de agir com o apoio de pessoas próximas. Assim, a proposta é a de considerar como *ação política* toda a forma de associação que produz ideias, pensamentos, manifestações, conversas, ou mesmo algum tipo de movimento que revele percepções pessoais, uma possível transgressão, uma forma de pensar mais livre incentivada pela confiança da amizade – que pode inclusive ser traduzida por escrito. Este pode ter sido o laço que levou Barbara Bodichon, Matilda Mary Hays e Bessie Rayner Parkes a fundar o *The English Woman's Journal*.

Mas não podemos deixar de pensar que as outras contribuintes – de todos os cantos da Inglaterra e até de outros países – não tinham a mesma relação de amizade com as fundadoras ou entre elas. É aí que proponho ainda uma nova ideia, a de *amizade condicional*, que pode ser tão forte quanto a *amizade tradicional* – e que consiste em laços de identificação formados através de uma condição em comum, no caso a condição em que elas estavam de dependência econômica e política (no sentido formal). Parto do pressuposto de que os laços de amizade entre estas mulheres foram se fortalecendo através da escrita para o periódico, tornando-as aliadas mesmo sem que elas se conhecessem pessoalmente. Assim, podemos pensar em uma *ação política da palavra escrita*, pois através dela é possível perceber desabafos e anseios, ou seja, é possível perceber posicionamentos políticos.

A política interpessoal está presente, como afirma Hannah Arendt, no *espaço entre* das relações, quando os seres humanos revelam a necessidade de se afirmar no mundo através de suas ações perante os outros (Arendt, 1998). O *espaço entre* são as ações tomadas para um determinado fim, para se alcançar um objetivo, permeadas de motivações e, conseqüentemente, de política. Mas a grande maioria das pessoas vive em comunidade, em uma espécie de unidade social que é também uma coexistência de diferentes discursos. Portanto, o compartilhamento não só físico dos lugares, mas também da complexa rede de formas de agir é o que acaba definindo o espaço público, cheio de regras escritas, faladas, subentendidas e de costumes que tentam padronizar - ou ao menos organizar - a multiplicidade de personalidades e formas de agir.

Dentro da “sociedade civilizada” em meio às instituições que regulam a vida das pessoas - como a família e a igreja - existem as relações interpessoais. Entre elas estão as relações de amizade, que assim como as outras, toma entonações políticas.

A proposição de que a amizade é uma prática política não é óbvia, visto que não existe um único sentido para a amizade e nem para a política, variando bastante conforme a perspectiva adotada. Vivida corriqueiramente, a amizade é uma relação, majoritariamente, de troca e de reconhecimento entre seus pares, diferenciando-se, nos dias de hoje, das relações familiares e amorosas. Além de cotidiana, a amizade já foi e ainda é objeto de muitos tratados filosóficos, nos quais se cria um discurso sobre a prática que, muitas vezes, se distancia daquilo que é vivido. Sublinhamos, portanto, que *a amizade é tanto uma prática quanto um discurso*, nem sempre coincidentes, que se modificam de acordo com as épocas (Primo; Rosa, 2015, p.379).

Isso nos leva a pensar que a amizade não pode ser definida de forma simples. Francisco Ortega¹, um dos filósofos que mais pesquisou sobre o termo, explica que a amizade também deve ser dissociada do amor romântico, já que este tem maior relação com a busca pela segurança e está permeado de suas próprias questões filosóficas, sentimentais e políticas (Ortega, 1999). Já na concepção de Hannah Arendt, “o elemento político, na amizade, reside no fato de que, no verdadeiro diálogo, cada um dos amigos pode compreender a verdade inerente à opinião do outro”. Isso porque existe o interesse do amigo em compreender a forma como o outro enxerga o mundo - mesmo que diferente da sua própria - e ao mesmo tempo oferecer seu apoio. Para a autora, “esse tipo de compreensão – em que se vê o mundo do ponto de vista do outro – é o tipo de insight político por excelência” (Arendt, 2002, p. 99). Mas podemos nos perguntar: toda

amizade segue o mesmo preceito, o de que existe um interesse genuíno pelo bem estar do outro? Ou seria esta a definição da autora do que poderia ser a *verdadeira amizade*?

O interesse de Arendt sobre a questão da opinião do outro, neste caso, não busca resumir de forma simplista a ideia geral de amizade, pois o interesse pelo outro pode partir também de uma relação de respeito entre pessoas mais distantes, o que não depende da intimidade. O que a autora defende, de acordo com os estudos de Livia Gomes e Nelson Júnior, é que “é possível viver o deslocamento/questionamento do familiar, deslocando-se para o lugar dos outros” (Gomes; Júnior, 2013, p.53). Neste sentido, a amizade é toda relação de abertura, o que incentiva o pensamento crítico, os debates e a formação de novas ideias. Portanto, existe algo de experimental nas relações de amizade, que com o passar do tempo vão se tornando mais intensas, mas não deixam de configurar como *amigáveis* mesmo no início.

A abertura proporcionada pela amizade pode levar a diferentes ações, o que insere qualidades políticas ainda mais fortes, mas mesmo quando ações comunitárias, públicas ou organizadas não ocorrem, o caráter político não se apaga, pois a mudança de comportamento, percepção, ou o estado de maior alegria gerado pelas amizades é o suficiente para alterar a experiência pessoal de alguém. Os diferentes níveis de amizade que levam às ações são o que Arendt (2002) e Derrida (1997) chamam de qualidade da ação política, embasada na reflexão e troca de ideias entre amigos. Em *A Condição Humana*, Arendt destaca que “a predominância da amizade como intimidade aponta para um refúgio que, na verdade, é uma fuga ao processo de massificação” (Arendt, 2007, p.48). O refúgio permite maior espontaneidade às pessoas, o que valoriza a amizade como um mecanismo que as ajuda a se entender melhor e usar suas relações mais próximas para se encaixar no *mundo comum* - família, vizinhos, associações, cultura, religião, sindicatos - não aquele que promove a *massificação*, mas que aceita a individualidade.

Odílio Aguiar também fala sobre o *mundo comum* em seus estudos, como aquele que “proporciona a proximidade entre os indivíduos sem que eles percam suas capacidades de agir, pensar e falar por conta própria” (Aguiar, 2010, p.133), sendo o *comum* o que indica que a vida em sociedade permeia as relações sociais e é permeada por elas. O autor também comenta a concepção de Hannah Arendt sobre a amizade

como *amor mundi*, que é capacidade de se associar e de se igualar aos outros através da palavra e da ação, e tradução da consciência do pertencimento ao mundo comum. Nesse sentido, a amizade apresenta-

se dotada de ampla possibilidade de resistência às potências destruidoras inerentes aos processos de naturalização, massificação e solidão contemporâneas, atuais arautos da dominação. A amizade como *amor mundi* é, então, um começo que pode ressoar e se traduzir numa retomada da política e da ideia de república em tempos de sua redução à administração e de prevalescimento da violência. A pequena luz da amizade sinaliza a rendição à condição humana da pluralidade (Aguiar, 2010, p.137).

A amizade é, portanto, a relação entre duas ou mais pessoas baseada no respeito necessário para falar e ouvir, trocar ideias e se expressar livremente, mantendo ao mesmo tempo o interesse no seu bem estar e no bem estar do outro. Esta concepção, porém, não passa a existir apenas com as relações mais íntimas, mas desde os primeiros contatos, quando a reflexão e a abertura são favorecidas. A amizade é um mecanismo de defesa contra a massificação e a violência da sociedade, pois permite a livre expressão de alguém, não apenas como “cura para a solidão e o desamparo, mas [como] índice da liberdade, uma vez que implica o distanciamento de si próprio, o reconhecimento dos outros e o estabelecimento de conexões com eles” (Aguiar, 2010, p.140).

Mas será que não é possível nos questionarmos se as amizades duram para sempre? Se não duram, acabam por causa da falta de contato, falta de intimidade ou do desentendimento? Mas a amizade não foi definida como um espaço de debates e troca de opiniões que fortalece a própria amizade? Como pode ela ser benéfica e ao mesmo tempo motivo de frustração? O filósofo Jacques Derrida apresenta possíveis respostas ao definir o amigo de forma diferente, não como aquele que apresenta possibilidade de abertura da mente desde os primeiros contatos, mas como aquele que reflete a imagem ideal de uma pessoa, a projeção do que ela gostaria de ser (Derrida, 1997). Este é outro ponto de vista, que não define a amizade partindo da possibilidade de debate com alguém de opiniões diversas, mas apenas com alguém que proporciona autoafirmação. Por isso, para Derrida, a amizade é a relação entre pessoas com coisas em comum, que se autoafirmam através da opinião semelhante do outro, que proporciona segurança e permite espontaneidade. Assim, quando os interesses ou as opiniões divergem, dois caminhos são possíveis: o debate ou o fim da amizade.

Ele relembra Aristóteles, que diz que não existe amizade sem confiança. A confiança, para Derrida, vem do tempo e da fidelidade, que fortalecem a memória e o vínculo entre as pessoas, sem que elas precisem se ver todos os dias para se considerarem amigas. O tempo, porém, não garante uma amizade sem conflitos, mas é

apenas assim que ela pode se manter, porque mesmo com os conflitos, o vínculo permite que o debate aconteça (Derrida, 1997).

Os dois conceitos, na perspectiva de Derrida, amigo e inimigo, constantemente se cruzam e de maneira interminável trocam de lugares. Interferem-se, intervêm um no outro em uma hipérbole espiralada, por isso que o verdadeiro inimigo pode ser um melhor amigo que o amigo (Lorenzetto; Kosicki, 2012, p.44).

Já Foucault reflete sobre a amizade encontrando nela elementos transgressivos que não podem ser dissociados das ações políticas que geram. Ele não define extensivamente o termo amizade, nem busca entender a dinâmica de duas ou mais pessoas que podem ser amigas ou inimigas, mas encara este fenômeno como uma alternativa às relações mais institucionalizadas e reguladas pela sociedade. Segundo os estudos de Francisco Ortega em *Amizade e estética da existência em Foucault*, a amizade foucaultiana é relação e comunicação para além das relações de poder (Ortega, 1999).

É uma estratégia muitas vezes involuntária para lidar com os mecanismos opressores e as regras sociais, pois “falar de amizade é falar de multiplicidade, intensidade, experimentação, desterritorialização” (Ortega, 1999, p.157). Assim, o autor não busca evidenciar uma fórmula para o que seria a amizade, mas perceber em cada tipo ou nível dela um estilo de existência que prioriza as relações interpessoais para lidar com as regras sociais. Esta é a *ética da amizade* de Foucault, que é mais característica de uma *ética de simpatia*, pois foge das relações de interesse e promove relações mais “simples” ou “genuínas”. De acordo com Ortega, “a única definição de amizade proposta por Foucault é a seguinte: ‘a soma de todas as coisas mediante as quais se pode obter um prazer mútuo’” (Ortega, 1999, p.162), que não é o sexual. Prazer intimamente ligado à boa convivência em sociedade, que só é possível quando existe um mecanismo que assegura a boa convivência no círculo social da pessoa, a amizade.

Marilda Ionta chama a atenção para o fato de que a amizade é muitas vezes vista como um tema masculino, pois existe a concepção de que as mulheres “são incapazes do sentimento amistoso, pois elas só pensam em amor” (Ionta, 2006, s/p), especialmente na sociedade ocidental que enxerga a amizade entre homens e mulheres como suspeita. Segundo a autora, reconhecer que as mulheres são passíveis de amizades verdadeiras seria admitir sua capacidade de criar relações fortes baseadas na igualdade, “pois o amigo é outro eu” (Ionta, 2006, s/p). A relação de amizade entre os sexos é perigosa por

extrapolar os limites do “feminino” e do “masculino”. Porém, é inegável que as mulheres revelaram a capacidade para a amizade não só entre elas, mas também com os homens.

Indubitavelmente, a recuperação das práticas de amizade exercidas pelas mulheres aponta para a construção de relações com o outro mais livres, solidárias e múltiplas e, certamente, não só para as mulheres, elas continuam possibilitando a invenção de novas formas de existência, novas subjetividades e enriquecendo o empobrecido mundo dos afetos (Ionta, 2006, s/p).

Será que é possível dissociar a amizade da política quando a enxergamos assim, com toda a sua influência social e os debates que gera? É possível a amizade não ser política se ela nos permite sinceridade e espontaneidade para revelar nossos pensamentos e pontos de vista? E como as diferentes noções de amizade e a percepção deste conceito podem ser estudados como algo político entre as mulheres da época vitoriana?

Amizade entre mulheres no contexto vitoriano

É comum pensarmos nas redes de amizade de forma a *categorizar* os amigos que temos - amigos da faculdade, amigos do trabalho, da academia, da igreja, do curso de inglês, amigos de longa data, novos amigos, os muito amigos, meio amigos, um pouco inimigos etc. Com cada um deles temos formas de nos portar e assuntos diferentes a tratar, pois o nível de intimidade os diferencia na concepção de cada pessoa. Esta mesma situação podia ser encontrada na Inglaterra Vitoriana, mas com categorias diferentes, como afirma Sharon Marcus (2007), pois ela explica que existia uma linha tênue, mas presente, entre os que eram considerados *amigos, não-amigos, amigos especiais, companheiros, amantes e confidentes*. Entre outras coisas, era difícil definir, por exemplo, até que ponto a relação marido-mulher podia ser considerada uma relação de amizade, pois valores e virtudes diferentes eram atribuídos a eles quando passavam da relação de corte para a relação do matrimônio (Marcus, 2007).

Os *amigos* eram os de longa data, aqueles que acabavam sendo amigos de toda a família e não apenas de uma pessoa. Os amigos também podiam ser os mais íntimos, que podiam chegar em visitas “não anunciadas”. Entre as mulheres, as *amigas* eram as que atravessavam juntas as fases da vida, como a passagem para a idade de corte, o

casamento e o nascimentos dos filhos, sendo que a troca de cartas e a escrita em diários revelava o nível de intimidade entre elas. Nas memórias de Mary Lundie Duncan escritas por sua mãe após seu falecimento, foram incluídas cartas que revelam a relação de amizade da moça, que buscava reativar seus laços após o nascimento do filho.

Minha querida amiga, não pense que eu estive silenciosa por tanto tempo porque todo o meu amor está centrado na minha mais nova incumbência. Não é isso. Meu coração se volta a você, como sempre deve fazer, com muita afeição, e o meu amor pelo meu doce bebê faz eu sentir ainda mais o valor da nossa amizade² (Lundie, 1854, p.106).

Os homens respeitavam as amigadas femininas como componentes da vida familiar das mulheres, filhas, mães e esposas, o que vai de encontro com a noção popular de que homens e mulheres eram sexos *essencialmente opostos*, com interesses divergentes e que o casamento para o homem era um fim, enquanto para a mulher era o centro de sua existência. Esta é uma noção que limita o entendimento do período sobre gênero, laços familiares e sexualidade, pois a própria concepção de casamento estava passando por transformações, assim como o crescente interesse dos vitorianos pela sexualidade. Entre os anos de 1830 a 1880, cerne do período vitoriano, os debates sobre gênero e sexualidade estavam em seu auge. Este também é um apontamento feito por Sharon Marcus, que explica que “o público em geral continua a ver os vitorianos como terrivelmente reprimidos, enquanto os especialistas aceitam a afirmação de Foucault de que nossa própria obsessão contemporânea pelo sexo se origina nos vitorianos”³(Marcus, 2007, p.5).

Não havia um consenso sobre quem era essencialmente a mulher vitoriana e qual era a sua contribuição “natural” para a sociedade, por mais que regras de etiqueta fossem seguidas especialmente pela classe média. Da mesma forma, médicos e filósofos falavam incessantemente sobre a sexualidade. Neste cenário, a concepção do casamento mudou para ser entendido não apenas como mecanismo de reprodução ou até mesmo de segurança para as mulheres, mas cada vez mais passou a existir a ideia de *amizade* entre os cônjuges. Esta não era a amizade que as mulheres mantinham entre si, ou mesmo o tipo que os homens conservavam, mas era baseada no princípio de harmonia doméstica, para que o casal mantivesse a boa educação dos filhos e uma vida financeira bem controlada. Esta ideia de amizade também estava relacionada a de *harmonia pública*, pois quando o casal ia a alguma festa, chá beneficente ou em passeios nos parques, devia demonstrar respeito mútuo e contentamento. Era a concepção de *companheiro*.

Enquanto manuais de conduta condenavam certas formas de agir entre as amigadas, como contar fofocas ou tentar influenciar decisões alheias, jornais mais “liberais” falavam contra as infinitas regras sociais. As diferentes opiniões, entretanto, convergiam na questão da importância do vínculo entre as mulheres. Um dos livros mais influentes sobre a conduta feminina conservadora, por exemplo, foi o *The Women of England*, escrito em 1839 por Sarah Stickney Ellis. Nele, a autora dizia que a amizade era um dos atributos fundamentais de uma mulher, dedicando um capítulo inteiro à importância do *círculo social íntimo*, pois para ela era entre as amigas que se encontrava a real felicidade em meio às provações (Ellis, 1839). Por vezes estas eram consideradas *confidentes* ou *amigas especiais*.

Além disso, a mulher virtuosa também era aquela que buscava constantemente novas amizades para aumentar o escopo de suas relações.

Quanta felicidade experimenta a mulher que, quando está em companhia de alguém, dirige sua atenção para o vizinho mais próximo; e, contemplando um semblante alegre ou ouvindo uma voz agradável, é encorajada a conversar com um conhecido, e pode finalmente amadurecer a amizade, ensinar-lhe alguma lição útil ou aumentar sua estima de seus semelhantes. Mesmo onde tais resultados agradáveis não são experimentados, onde a tentativa de sua parte se mostra totalmente impraticável, ainda há uma satisfação em ter feito a experiência⁴ (Ellis, 1839, p.116).

As relações descritas acima eram de responsabilidade da mulher de acordo com a visão mais tradicional, o que devia contribuir para a satisfação. As relações sociais que tinha com desconhecidos eram com os chamados *não-amigos*, membros distantes da família, vizinhos, esposas de conhecidos do marido ou moças dos círculos em comum que não mantinham contato regular. A amizade entre mulheres já existia muito antes deste período, mas foi entre 1830 e 1880 que passaram ao caráter mais afetivo, pois “como amigas, as mulheres podiam se comportar umas com as outras de formas que eram proibidas com os homens, sem comprometer a respeitabilidade tão valorizada na classe-média”⁵ (Marcus, 2007, p.26). Será que podemos pensar, neste sentido, a existência de uma *norma de amizade pública* e uma *norma de amizade privada*? Podemos enxergar os impactos de uma sobre a outra? Afinal, se os casais não fossem amigos na privacidade de suas casas, a ideia de *harmonia familiar pública* seria afetada quando comparecessem às festas? Essa poderia ser também uma ideia de *política doméstica*?

Não é plausível enxergarmos em tudo isso ações políticas tomadas pelas mulheres na ânsia por compartilhar seus temores, anseios, conquistas e alegrias com outras mulheres que as entendessem e talvez pudessem sugerir uma coisa ou outra? Com a chegada do Romantismo, não era possível transformar as relações não só conjugais, mas também as sociais através da amizade? As mulheres do século XIX definiam a amizade “como a expressão da emoção, afinidade, inclinação pessoal e fé religiosa. Na década de 1880 a amizade misturou-se ao ativismo altruísta e tornou o modelo para superar as diferenças de classe e forjar um mundo melhor”⁶ (Marcus, 2007, p.28). Portanto, em um intervalo de 60 anos, a ideia de amizade como algo *doméstico* e *privado* passou para a ideia de uma *associação* de pessoas que formavam um vínculo partindo de ideias em comum. Esta não pode ser uma concepção política?

As mudanças se faziam presentes em todos os setores. Durante o século XIX, a população cresceu mais do que o triplo⁷, Londres, Glasgow e Liverpool se tornaram importantes centros econômicos, o Império inglês crescia com suas colônias, a produção de carvão aumentou⁸, assim como aumentaram os números de registros civis de nascimentos, casamentos e mortes, houve Grande Exibição⁹, a escrita de a *Origem das Espécies*, de Charles Darwin. A educação básica tomou forma, o telégrafo foi inventado e as mulheres conquistaram direitos legais de divórcio e sobre suas propriedades. O ludismo, o cartismo e os sindicatos ganharam força, Karl Marx escreveu *O Capital* enquanto estava em Londres e o *Daily Mail* começou a tradição dos jornais de ampla circulação e voltados para as massas. Houve um grande êxodo rural e mudanças sócio-políticas levadas aos países europeus absolutistas de forma mais intensa com a Primavera dos Povos de 1848¹⁰ (Williams, 2004).

As mudanças alimentaram debates e estudos sobre as mais diversas áreas. A amizade vitoriana passou da concepção de uma relação simples e privada para configurar uma *relação social* que poderia gerar vantagens. A amizade entre mulheres era tão importante que chegava a ser complementar e dissociável da vida familiar. As cartas que as mulheres trocavam com seus pretendentes eram pessoais demais e as mulheres casadas quase não escreviam aos seus maridos, então a troca de cartas entre mulheres era o que tornava possível a circulação mais imediata de informações e a organização de eventos (Marcus, 2007).

A própria realização dos eventos foi importante para a mudança na concepção sobre a atuação política das mulheres. Seus círculos sociais eram como as reuniões dos homens para debates e decisões políticas, mas os salões femininos das classes médias

ainda tinham certas vantagens, pois eram um misto entre o “universo privado, semi-privado e público”¹¹(Richardson, p.185. Williams, 2004). Sarah Richardson (2004) ainda destaca os encontros informais como outra forma de utilizar de alcançar a esfera pública e influenciar as decisões de maridos e filhos. As trocas políticas passavam a ocorrer dentro do ambiente familiar. Já dentro das classes mais baixas, as mulheres trabalhadoras construíam suas redes de sociabilidade através da conversa que ocorria nas ruas, pois as “fococas podiam levar a ações comunitárias”¹² (Richardson, p.185. Williams, 2004) que ocorriam graças às trocas de experiência e da construção de relações baseadas na identificação entre elas. Aqui reitero a proposta da *amizade condicional*, pois os encontros nos mercados, nos parques e em espaços públicos menos formais podiam levar à amizade menos íntima, mas não menos significativa, pois ao frequentar os mesmos espaços, podiam perceber semelhanças e anseios em comum. Em meio a isso a escrita não apenas de cartas e diários, mas também de ensaios e artigos para periódicos tomou força.

A escrita como categoria política

A comunicação é fundamental para as pessoas coexistirem, o que confere à palavra uma importância significativa. Mas a palavra nem sempre está disponível para uso igualitário das pessoas, o que fez surgir formas diversas de expressão, como a literária, a teatral e a poética. Em todas as maneiras de expressão podemos enxergar manifestações políticas, seja na forma ou no conteúdo. A escrita não está dissociada da sociedade “civilizada”, pelo contrário, através dela podemos perceber certo espaço de liberdade que transforma o ato de escrever em uma ação política. Este espaço gera o protagonismo, o movimento de transformação, seja ele grande ou pequeno, intencional ou mais conservador.

As palavras escritas por mulheres podem ser – e geralmente são – consideradas literatura marginal ou literatura periférica, mas

o que faz da literatura marginal periférica um acontecimento não é o barulho das repercussões, tão pouco o estrondar das recitações apaixonadas nos saraus, mas antes uma mudança silenciosa de perspectiva, que sem necessariamente mudar algo no estado atual das coisas, nada mais pode ser visto ou sentido da mesma forma. Nada mais pode ser o mesmo. Eis a potência política que pretendemos (Silva, 2006, p.105).

É aí que está o político da ação de ler e de escrever. É aí que está a agência. E ao mesmo tempo é aqui que precisamos diferenciar com cuidado dois termos geralmente utilizados como sinônimos: *escrita de mulheres* e *escrita feminina*. Qual delas representa o potencial da agência? Isso significa que a outra não tem importância? Por que, afinal, é importante diferenciar estes dois termos?

A autora Lúcia Castelo Branco (1991) explica que “a escrita feminina não é exatamente a escrita das mulheres, mas está de alguma forma relacionada à mulher, seja pelo grande número de mulheres que escrevem nessa dicção, seja pela evidência com que esse discurso se manifesta nos textos das mulheres” (Branco,1991, p.20). Ao escrever alguma coisa se está praticando a escrita de autoria de uma mulher, mas quando ela é um ato social, cultural ou político por partir da condição da autora como mulher, ou por refletir essa condição, passa a ser também *feminina*.

O conceito de *escrita feminina* não se apresenta unicamente como oposto, subjugado ou “menos” do que a *escrita masculina*, nem mesmo como exclusivo às mulheres, porque ao mesmo tempo em que uma mulher pode ter um estilo de escrita “masculino”, um homem pode ter um estilo de escrita “feminino”, de acordo com as concepções do que é o espaço literário “masculino” e “feminino” que tem seus limites frequentemente questionados e ultrapassados. Dessa forma, novos sentidos e interpretações são possibilitados quando os sentidos múltiplos das palavras são analisados para entendermos o discurso. A questão da *autoria feminina* vai além da escrita da mulher para caracterizar a escrita como resultado – voluntário ou involuntário - de sua condição social como mulher, com seus desafios, limitações e posicionamento crítico. Quando faz isso, a mulher imprime um caráter político ao seu texto, seja ele um desabafo em um diário ou uma publicação política em um periódico.

E estas cartas e diários das mulheres inglesas? Caracterizavam ação política? Tinham o potencial de agência? Certamente, pois eram nas cartas para amigas e em seus diários que os anseios da mulher vitoriana – em suas diferentes facetas – era exposto com maior sinceridade e confiança. Nas páginas de cartas e diários possibilidades eram pensadas, contemplações eram feitas e o pensamento e os sentimentos podiam ser organizados com mais liberdade. A política na escrita de si está na própria produção da subjetividade, enquanto que a ação política nos ensaios e artigos que buscavam os

direitos das mulheres, por exemplo, estava na força argumentativa e na identificação de umas com as outras, que também partia de relações de amizade íntimas ou condicionais.

Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga. [...] Antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação. Não porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber [...]. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição da comunidade (Rancière, 1995, p.7).

O que se escreve, como se escreve, onde se escreve, o que se argumenta, para quem se escreve e em qual contexto, tornam a escrita algo político, pois todas estas coisas revelam verdades sobre quem escreve e sua visão sobre o que é escrito. Palavras têm diferentes significados em diferentes lugares do mundo, em diferentes épocas e para se referir a diferentes pessoas. A forma e o discurso são carregados de significado que revelam percepções de mundo. Um livro do século XIX apresenta uma linguagem muito diferente de um livro do século XXI, o que revela maneirismos, gírias, a noção do formal e do informal, costumes e regras sociais.

O político também cria um laço com a escrita, pois o autor ou autora de um texto não pode se dissociar “de seu tempo, da sociedade em que habita, da situação que lhe é assim dada, dos acontecimentos que o atingem” (Lefort, 1999, p.11). Em contrapartida, pode-se pensar que ao escrever, tem-se consciência de limitações e ideias de como ultrapassá-las. É possível também pensarmos que a pessoa que escreve, escreve para alguém e pensa neste alguém no ato de escrever e após a publicação, quando se volta à recepção de seu texto. Existe também possivelmente a noção de que o que é escrito pode implicar direta ou indiretamente na vida do leitor – sendo muitas vezes este o objetivo.

Escrever é tanto uma experiência quanto um risco que apresenta uma oportunidade de fala sem interrupção, de expor pensamentos, sentimentos, ideias e críticas que talvez não tivessem espaço em outro contexto. É isso que Magda Soares insere em seu conceito de Alfabetismo Significativo – “ser capaz de ler e escrever sempre que as práticas sociais o exigirem”, pois além das práticas sociais, existe a cultura que “afirma que é impossível distinguir a leitura e a escrita do conteúdo que se pode ou se deve ler ou escrever, segundo convenções e valores sociais e culturais, e das

vantagens e desvantagens decorrentes das formas particulares em que leitura e escrita são usadas” (Soares, 1995, p.11).

As formas da escrita e da leitura delimitam uma sociedade e uma cultura, pois por meio da palavra escrita é possível criar ideias e conceitos importantes para a organização geral, como ocorre no caso das leis, por exemplo. Por que então este mesmo mecanismo não pode ser usado partindo da reflexão sobre si para alcançar mudanças em níveis institucionais? É daí que surge a importância do quê, como, quando e porque ler e escrever. Mas será que a escrita feminina vitoriana também apresentava certa ação política? Uma ideia que hoje pode ser traduzida como agência? E a ação política das mulheres através da escrita – se existia – poderia ter vindo de alguma maneira das relações de amizade?

Escrita feminina de periódicos no contexto vitoriano

A análise dos periódicos desde antes do contexto vitoriano é importante porque o papel da imprensa – mesmo antes de existir o termo – nunca foi apenas o de observadora ou relatora das situações cotidianas. No contexto da Inglaterra do século XIX isso é ainda mais aparente, pois a mídia em suas mais variadas formas é participante das transformações da sociedade. Aled Jones faz uma análise do período a partir da ideia de que a palavra impressa é um agente de mudanças capaz de alterar até mesmo percepções populares enraizadas por muito tempo (Jones, 2004). A expansão da imprensa no século XIX foi possível em toda a Grã-Bretanha em parte por causa da disponibilidade de novas tecnologias de composição e impressão, pelo desenvolvimento dos métodos de distribuição e especialmente pela melhoria nas estradas e ferrovias. A revisão de leis centenárias de cobrança de impostos sobre o papel também possibilitou a circulação mais ampla dos jornais e periódicos.

As sociedades de debates e os salões literários ao estilo burguês proliferaram igualmente entre os trabalhadores tanto em Londres como nas cidades mais afastadas, de forma menos rebuscada, e podemos pensar que os temas de suas discussões eram muitas vezes retirados das páginas de periódicos e jornais. Destas e de outras maneiras, a palavra escrita contribuiu para o surgimento de novos temas sobre os quais as pessoas falavam – esporte, moral, política externa e preços de mercado. No entanto, talvez possamos considerar que a maior circulação dos jornais e periódicos também pode ter

ajudado a frear o debate público sobre temas “perigosos”, como o da sexualidade ou da política revolucionária, assuntos que deviam ser discutidos por médicos e políticos. Ao mesmo tempo, é possível constatar que periódicos opinativos estavam tendo cada vez mais demanda e circulando mais amplamente.

A imprensa foi a primeira instância mediadora do espaço público, antes concretizado pelos debates em clubes, ruas e praças. No entanto, como os meios de comunicação não atendem a todos os segmentos sociais que desejam ou tentam participar do debate estabelecido na mídia, os grupos excluídos da esfera midiática são, por consequência, excluídos do espaço público (Melo, 2005, p.27).

Apesar de estar participando mais dos debates, as classes mais baixas ainda dividiam seu tempo entre o trabalho árduo advindo da industrialização, o cuidado com a família e as práticas sociais. Alexis Easley destaca em especial a maior facilidade das mulheres das classes médias em encontrar na escrita de romances uma alternativa a sua realidade, pois a consolidação da romancista vitoriana tornou possível a emancipação da mulher da classe média, tendo em vista que o número de publicações femininas não só de romances, mas em diferentes veículos de comunicação impressa, cresceu devido à perspectiva de independência econômica que a cultura escrita proporcionava direta ou indiretamente¹³. A autora analisa o caminho percorrido pelas mulheres ao se tornarem leitoras, produtoras de conteúdo e finalmente editoras, não só de romances, mas também de periódicos.

À medida que o público leitor se diversificava, as mulheres foram chamadas a produzir conteúdo – e a se imaginar como consumidoras ativas de literatura. Revistas familiares, anuários, jornais semanais, livros infantis, partituras, mensários e periódicos baratos, todos imaginavam mulheres como parte de seus leitores, tornando-as veículos ideais para a escrita feminina¹⁴ (Easley, 2021, p.2).

Especialmente o fato de os produtores de conteúdo impresso estarem considerando as mulheres entre o escopo de leitores abriu espaço para assuntos do interesse delas serem tratados, consequentemente gerando opiniões que muitas vezes eram compartilhadas publicamente por elas através do envio de cartas resposta. Aos poucos, as mulheres se tornaram também ensaístas e aquelas com maiores condições econômicas, finalmente fundadoras e editoras. De acordo com Pauline Nestor (1982), “uma linhagem feminista pode ser rastreada desde os primeiros anos de publicação de periódicos femininos”¹⁵ (Nestor, 1982, p.94) e desde que as mulheres passaram a

escrever, pois entre os temas que sempre interessaram a elas e aparecem com frequência nos escritos vitorianos estão a educação feminina e sua atuação política.

Foi durante a década de 1850, porém, que as mulheres passaram a competir mais fortemente com os homens em número de autoras, editoras e contribuintes de textos impressos. Ainda no século XVIII, porém, os primeiros periódicos produzidos por mulheres se tornaram conhecidos, como foi o caso da *Lady's Magazine: or, Entertaining Companion for the Fair Sex (1770–1832)* e da *Lady's Monthly Museum (1798–1828)*.

O próprio ambiente doméstico favorecia as práticas da escrita e da leitura para as mulheres, o que as manteve ativas como leitoras e escritoras. Durante os séculos XVIII e XIX as transformações sociais, econômicas e políticas favoreceram escritoras como Mary Pilkington, Barbara Hofl, Amelia Opie, Susannah Stickland e Mary Russell Mitford, que passaram a escrever regularmente para revistas femininas. Megan Peiser, Pam Perkins, Anna Barbauld, Anne Grant, Mary Hays, Elizabeth Moody, e Mary Wollstonecraft se tornaram importantes críticas de influentes periódicos revisores/críticos, os *Reviews*, como o *Monthly (1749–1844)*, *Critical (1756–1817)*, e *Analytical (1788–99)*. Mary Robinson tornou-se editora de poesia do *Morning Post* ainda em 1799, além de realizar trabalhos administrativos para o periódico (Batchelor; Powell, 2018).

A partir de 1850 as revistas e periódicos femininos tomaram formatos mais políticos. O *The Englishwoman's Domestic Magazine (1852-1877)* alcançou a marca de 50 mil cópias vendidas ao mês e promovia ações públicas pelo crescimento da indústria, da utilidade dos produtos e da administração doméstica, contribuindo para a relação da economia industrial com as consumidoras da classe-média, que formavam seu público-alvo. O *The English Woman's Journal (1858-64)*, objeto da minha pesquisa de doutorado, também ecoava problemas da produção industrial, como a jornada de trabalho dos operários, pobreza e prostituição, além de promover a emancipação das mulheres através do trabalho digno e regularizado (Auerbach, 1997). A relação entre a mulher consumidora, a mulher leitora e escritora, a mulher “da família” e a mulher trabalhadora era evidenciada por diversos periódicos mais recentes.

Entretanto, vários periódicos mais conservadores valorizavam a posição da mulher de acordo com os “valores vitorianos”. *The Ladies' Cabinet of Fashion, Music and Romance (1832-1870)*, o *The New Monthly Belle Assemblée (1834-1870)* e o *The Ladies' Companion and Monthly Magazine (1850-1871)*, publicavam artigos sobre

educação, moda e comportamento. Já o *Christian Lady's Magazine* (1790-1846), editado por Charlotte Elizabeth evidenciava os valores religiosos puritanos que regiam a vida das mulheres e o *Eliza Cook's Journal* (1849-1854) era focado nas habilidades de cozinha. Por fim, esta dualidade me leva a questionar: não podemos pensar também os periódicos femininos mais tradicionais como formas de ação política? Eles defendiam comportamentos que iam de acordo com a sociedade mais reguladora dos costumes, mas também podemos pensar esta como uma forma de atuação através da escrita, quando elas transgrediam o espaço público – associado *tradicionalmente* ao homem – em prol da manutenção da “boa sociedade”. É interessante refletir sobre esta contradição, ou seja, ao mesmo tempo que as mulheres advogavam em prol dos costumes, faziam isso ocupando o espaço público, contribuindo para a transformação do espaço de atuação política das mulheres.

Raras eram as mulheres que embarcavam em empreitadas na imprensa pública sozinhas, sendo mais comuns mulheres que escreviam em resposta a outras mulheres, as que fundavam periódicos em companhia de amigas ou então mulheres que escreviam em companhia de grupos de estudo ou de debate. Mesmo quando as mulheres publicavam sozinhas é possível pensar que seus argumentos e opiniões vinham da conversa com outras mulheres, de trocas de cartas ou redes de sociabilidade criadas com interesses em comum. Assim, podemos também pensar não apenas a criação e a escrita para meios impressos como *relacionados* às amizades, mas também a escrita como um *costume* que foi tomando forma por causa destas relações, que são caracterizadas como duradouras na vida das mulheres.

Relação entre amizade, escrita e política

Concluo este ensaio destacando, finalmente, a coragem das mulheres que se aventuraram no mundo da escrita, amplamente dominado pelos homens até o século XIX. A dominação masculina em todos os setores é um reflexo das diferenças de gênero que permeiam as formas de pensar e de agir na vida em sociedade. Apesar disso, gostaria de destacar o pensamento de John Stuart Mill em *A Sujeição das Mulheres*:

Minha opinião é que o princípio que regula as relações sociais existentes entre os sexos – a subordinação legal de um sexo a outro – está errado em si mesmo, e, portanto, é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano; tal subordinação deveria ser

substituída por um princípio de igualdade perfeita, sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro (Mill, 2006, p.15).

Este é um posicionamento interessante, porque me leva a questionar se era nisso que as escritoras vitorianas e contribuintes dos periódicos estavam pensando. As mulheres estariam não apenas questionando seus espaços na sociedade, mas também promovendo uma suposta igualdade? Ou pelo menos pensavam que a ação através da escrita daria início às mudanças? Spivak defende que “os oprimidos, se tiverem a oportunidade [...], e por meio da solidariedade através de uma política de alianças, podem falar e conhecer suas condições” (Spivak, 2010, p.54). Podemos enxergar as redes de amizade como solidariedade? Ou mesmo como políticas de aliança? Certamente! E a escrita, poderia ser a oportunidade? Sim! Oportunidade não apenas de fala, mas também de debate e de novas propostas.

Voltemos, então, à dupla problemática do ensaio: Como a escrita (e a publicação impressa) gerava relações de amizade e redes de apoio que permitem atuações políticas às mulheres? E como a amizade e as redes de apoio entre as mulheres impactavam em suas escritas? Reitero, em primeiro lugar a necessidade de se pensar a escrita neste contexto tanto como produto das relações de amizade - que geravam conversas francas, desabafos e promovia o pensamento crítico – quanto fruto de um trabalho sobre si para se colocar no espaço público. De acordo com Gomes e Júnior, “a amizade como vínculo privilegiado de abertura à alteridade num contexto de igualdade política possibilita a experimentação e aprendizagem da consideração e escuta do outro” (Gomes; Júnior, 2013, p.55), algo que podia ser refletido na escrita.

Na história da literatura de autoria feminina, o desenvolvimento da prática de escrita dos mais diferentes gêneros textuais, literários e historiográficos pode ser visto como algo que ocorreu marcado pela necessidade das mulheres de se inscreverem no mundo masculino das letras e pelo risco iminente de serem apagadas dele. Inscrever-se e poder ser apagada foi o dilema que atormentou muitas das mulheres que se aventuraram a escrever (Tedeschi, 2016, p.157).

Ao mesmo tempo, existe o caminho inverso, que cria relações de amizade baseadas nas publicações, como quando as mulheres do *The English Woman's Journal* fundaram também um grupo feminino de debates para discutir os textos enviados ao periódico. Além disso, alguns anos mais tarde elas ainda criaram uma agência de

empregos para ajudar as mulheres das classes mais baixas a conseguir se estabilizar. Assim, podemos pensar em uma via de mão dupla que relaciona a amizade e a escrita como mutualmente influentes. Os eventos eram organizados pelas mulheres muitas vezes pela troca de cartas e a própria escrita era uma de suas atividades principais.

Podemos enxergar aqui as redes de apoio que justificam também a amizade em seus mais variados níveis, pois ao se ajudarem na agência de empregos, por exemplo, não necessariamente as mulheres tinham vínculos de amizade íntima, mas podiam se conhecer casualmente, ou mesmo nunca terem se visto. O que as unia era a *condição comum*. Esta também não pode ser vista como um *vínculo político* que gerava *ações*? A necessidade de escrever sobre a condição feminina, de propor alternativas, de se colocar no espaço público? Certamente! Assim, não apenas a amizade e a escrita se tornam políticas, mas a própria ideia de política ultrapassa as definições formais e se faz presente tanto no público quanto no privado.

Referências

- AGUIAR, Odílio Alves. A Amizade como *amor mundi* em Hannah Arendt. *Revista o que nos faz Pensar*, Rio de Janeiro, v.19, n.28, p.131-144, dez. 2010.
- ARENDRT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- ARENDRT, Hannah. *A Dignidade da Política: ensaios e conferências*. Tradução de Helena Martins, Frida Coelho, Antônio Abranches, César Almeida, Cláudia Drucker e Fernando Rodrigues. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ARENDRT, Hannah; LUDZ, Úrsula (org.). *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- AUERBACH, Jeffrey. What They Read: Mid-Nineteenth Century English Women's Magazines and the Emergence of a Consumer Culture. *Victorian Periodicals Review*, Baltimore, v.30, n.2, p.121-140, s/mês 1997.
- BATCHELOR, Jennie; POWELL Manushag. *Women's Periodicals and Print Culture in Britain, 1690–1820s*. 1ªed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018.
- BRANCO, Lúcia Castello. *O que é a escrita feminina*. 1ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- DERRIDA, Jacques. *Politics of Friendship*. 1ªed. London; New York: Verso, 1997.
- EASLEY, Alexis. *New Media and the Rise of the Popular Woman Writer (1832-1860)*. 1ªed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

ELLIS, Sarah. *The Women of England: their social duties and domestic values*. 1ªed. Cambridge University Press, 1839.

GOMES, Livia. G.; JÚNIOR, Nelson da Silva. Experimentação política da amizade a partir da teoria dos afetos de Espinosa. *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, v.28, n.1, p. 39-58, s/mês 2013.

IONTA, Marilda. As mulheres e os discursos da amizade. *Labrys: estudos feministas*, Florianópolis, v.9, s/fasc., s/pág., 2006. Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys9/libre/marilda.htm>. Acesso em 30 ago 2023.

JONES, Aled. The Press and the Printed World. In: WILLIAMS, Chris (ed.). *A Companion to Nineteenth-century Britain*. 1ªed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p.369-380.

LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. Tradução de Eliana de Melo Souza. 1ªed. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LORENZETTO, Bruno; KOSICKI, Katya. A Desconstrução e as políticas da Amizade, Curitiba, *Revista da Faculdade de Direito (UFPR)*, n.55, p.39-52, s/mês 2012.

LUNDIE, Mary. *Memoir of Mrs. Mary Lundie Duncan: Being Recollections of a daughter by Her Mother*. 6ªed. Edinburgh: William Oliphant & Son, 1854.

MARCUS, Sharon. *Between women: friendship, desire and marriage in Victorian England*. 1ªed. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Comunicação e Informação*, Goiânia, v.8, n.1, p.26-38, jun. 2005.

MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. Tradução de Débora Ginza. 1ªed. São Paulo: Editora Escala, 2006.

NESTOR, Pauline A. A New Departure in Women's Publishing: "The English Woman's Journal" and "The Victorian Magazine". *Victorian Periodicals Review*, Baltimore, v.15, n.3, p.93-106, s/mês 1982.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. 1ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

PRIMO, Joana Sampaio; ROSA, Miriam D. Amizade e Política: considerações sobre a philia e a fraternidade. *Psicologia Política*, São Paulo, v.15, n.33, p.377-390, ago. 2015.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Tradução de Raquel Ramallete. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

RICHARDSON, Sarah. Politics and Gender. In: WILLIAMS, Chris (ed.). *A Companion to Nineteenth-century Britain*. 1ªed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p.174-188.

SILVA, Jailton Farias. Por que ler e escrever são atos políticos? *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.9, n.27, p. 92-107, out. 2016.

SOARES, Magda. Língua escrita, sociedade e cultura. XVII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, outubro de 1995.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCHI, Losandro. Os desafios da escrita feminina na História das Mulheres. *Raído*, Dourados, v.10, n.21, p.153-164, jan. 2016.

WILLIAMS, Chris (ed.). *A Companion to Nineteenth-century Britain*. 1ªed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p.1-14.

Artigo recebido em 16/06/2023

Aceito para publicação em 27/09/2023

¹Francisco Ortega escreve sobre a amizade refletindo, em especial, sobre Foucault e como a amizade não pode ser dissociada das relações de poder, como reflexo e uma possível forma de resistência.

² My beloved friend, do not think that I have been so long silent because all my love is centered in my new and most interesting charge. It is not so. My heart turns to you as it is ever to do, with deep and fond affection, and my love for my sweet babe makes me feel even more the value of your friendship (Lundie, 1854, p.106).

³ The general public continues to see Victorians as terribly repressed, while specialists have by and large accepted Foucault's assertion that our own contemporary obsession with sex originates with the Victorians (Marcus, 2007, p.5).

⁴How much more happiness does that woman experience, who, when in company, directs her attention to her nearest neighbor; and, beholding a cheerful countenance, or hearing a pleasant voice, is encouraged to proceed in cultivating an acquaintance, which may ultimately ripen into friendship, may teach her some useful lesson, or raise her estimate of her fellow-creatures. Even where no such agreeable results are experienced, where the party attempted proves wholly impracticable, there is still a satisfaction in having made the trial (Ellis, 1839, p.116).

⁵ As friends, women could comport themselves with one another in ways forbidden with men, without compromising the respectability so prized by the middle class (Marcus, 2007, p.26).

⁶as the expression of emotion, affinity, personal inclination, and religious faith. In the 1880s, friendship merged with altruistic activism and became a model for bridging class differences to forge a better world (Marcus, 2007, p.28).

⁷ passou de 10,5 milhões de habitantes para mais de 37 milhões.

⁸ chegou a 225 milhões de toneladas ao ano, incentivada pela demanda crescente das estradas de ferro e da Segunda Revolução Industrial.

⁹ "The GreatExhibition" foi uma exposição que aconteceu em Londres em 1851 no que ficou conhecido como Palácio de Cristal, uma estrutura de ferro fundido e vidro erguida no Hyde Park para celebrar as mais novas tecnologias industriais. Mais de 14 mil expositores do mundo todo fizeram parte do evento (Williams, 2004).

¹⁰ A chamada Primavera dos Povos de 1848 foi uma série de revoluções ocorridas na Europa dentro do contexto das revoluções burguesas, especialmente de caráter nacionalista e liberal, contra o governo de Luis Felipe I da França e que culminou com a ascensão de Napoleão III. Para maior aprofundamento ver "A Era das Revoluções (1789-1848)", de Eric Hobsbawn.

¹¹ private, semi-private and public realms (Richardson, p.185. Williams, 2004).

¹² doorstep gossip could lead to direct community action (Richardson, p.185. Williams, 2004).

¹³Nesta época a literatura se desenvolveu amplamente e surgiram obras que hoje são consideradas clássicos da literatura mundial. Entre os romancistas que se destacaram estavam sir Arthur Conan Doyle,

sir Walter Scott, Lewis Carroll, Robert Louis Stevenson, Bram Stoker e Oscar Wilde. Entre as romancistas estavam Jane Austen, Mary Shelley, Charlotte Brontë, Emily Brontë, Anne Brontë, Ann Radcliffe, Mary Ann Evans (escrevendo como George Eliot) e Elizabeth Gaskell.

¹⁴ As the reading public diversified, women were called upon to deliver content – and to imagine themselves as active consumers of literary commodities. Family magazines, literary annuals, weekly newspapers, children’s textbooks, sheet music, literary monthlies and penny periodicals all imagined women as part of their readerships, making them ideal vehicles for women’s writing (Easley, 2021, p.2).

¹⁵ a feminist strain was traceable from the earliest years of women’s periodical publishing (Nestor, 1982, p.94).